

# A EXIGÊNCIA DA CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

## *REQUIREMENT OF BUILDING AN AFRO-BRAZILIAN HISTORY THROUGH EDUCATION*

*Flávia Stella<sup>1</sup>*

### **Resumo:**

Este artigo faz uma reflexão histórica sobre a construção do mito da democracia racial no Brasil e lança um olhar sobre a possibilidade de rever alguns parâmetros convencionais e normativos sobre a forma como se lida com a questão racial em âmbito educacional. A intenção é fazer uma breve análise objetiva e pontual sobre as armadilhas raciais das quais o Brasil está exposto. Muitas situações de racismo continuam permeando a nossa sociedade porque o problema não é atacado de frente com a complexidade e comprometimento que a situação exige, tanto por parte da implementação de políticas públicas como por parte das relações de poder mascaradas e legitimadas por uma sociedade que se diz tolerante e democrática.

**Palavras-Chave:** democracia, racismo, educação, história.

### **Abstract:**

This article is a historical reflection on the construction of the myth of racial democracy in Brazil and takes a look at the possibility of revising some conventional and normative parameters on how it deals with the issue of race in educational context. The intention is to make a brief objective and timely analysis on racial pitfalls of which Brazil is exposed. Many situations of racism still permeating our society because the problem is not attacked head on with the complexity and commitment that the situation requires, both by the implementation of public policies as by the power relations masked and legitimized by a society that says tolerant and democratic.

**Keywords:** democracy, racism, education, history.

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André e Especialista em Estudos Culturais Afro-Brasileiros e Africanidades pela Universidade Federal de São Carlos/SP. Atua como Professora de História e Sociologia da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

## A CONSTRUÇÃO E A DESCONSTRUÇÃO DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

Desde meados do século XIX há uma intensificação na preocupação da construção de uma identidade nacional brasileira por parte de alguns autores como Nina Rodrigues e Silvio Romero. Até este período, a visão romântica que descrevia os índios, e tão somente apenas os índios, como figuras civilizadamente heróicas eram ressaltadas, a qual impedia e mascarava a realidade brasileira. Muitos autores compartilhavam desta visão, entre eles, destaque para Gonçalves Dias e José de Alencar.

Nina Rodrigues e Silvio Romero, entre outros, foram os primeiros a se preocuparem em viabilizar uma nação a partir da trilogia: nativos, brancos e negros e colocar um grau de “civilidade” para cada um desses grupos. Pautados na teoria evolucionista da espécie, buscavam explicar a superioridade do branco e a inferioridade dos negros e índios como uma questão influenciada, sobretudo pelo determinismo geográfico e biológico.

A formação da identidade nacional para estes autores parte de três raças, das quais duas consideram inferiores (o negro e o índio) e uma superior (os brancos). Resulta na formação de um povo mestiço

com heranças biológicas tais como: taras, desequilíbrios mentais e sociais que atrasa o desenvolvimento da nação. A solução encontrada para resolver estes “problemas” é o branqueamento, cujo objetivo é levar “civilidade” ao indivíduo e promover a viabilidade da formação da nação brasileira.

Os principais intelectuais da época, com suas teorias pautadas no determinismo geográfico e biológico eram extremamente racistas, pois colocava o negro apenas como objeto rico de pesquisa, porém não podemos desprezar que seus questionamentos incentivaram o debate em uma época em que a produção intelectual era marcada por romancistas, cujas obras não tinham bases reais em preceitos étnicos.

Nos anos 30, “como o veneno se transformou em antídoto” (SCHWARCZ, 1999:270), o mestiço tornou-se um elemento unificador. Ao fazer uma releitura das teorias do final do século XIX, ganha força o mito da democracia racial brasileira com Gilberto Freyre. Freyre reformulou as estruturas da sociedade nacional, rompeu o paradigma racista presente desde o início do século XIX fundamentado na cultura e não na raça. Este paradigma afastou os determinismos, repensou a mestiçagem como um fator positivo ativo,

ou seja, a constituição da primeira grande civilização moderna nos trópicos: a brasileira.

Para Freyre, a escravidão no Brasil, mais branda do que outras nações, principalmente se comparada aos EUA, justifica as modernas relações brasileiras que são mais harmônicas em comparação a outros lugares. O resultado disso foi o passo decisivo para a invenção polêmica do mito da democracia racial. O sociólogo destacou a importância do negro e do índio na cultura nacional e trouxe à luz aspectos da vida cotidiana do Brasil colonial. Desmoralizou o mito racista que debitava o atraso do Brasil à miscigenação e causou polêmica entre o meio acadêmico e principalmente entre os intelectuais de esquerda de orientação marxista, acusado de dissolver os conflitos porque desenvolveu a ideia de que a miscigenação foi positiva na formação da sociedade brasileira, a qual tem como consequência a democracia racial.

O mito foi construído e enraizado na perspectiva cultural brasileira de tal forma que se tornou referência mundial, pois afirmava a possibilidade real e concreta para a construção identitária de uma grande nação mestiça que tem como marca registrada a mistura das três raças no sangue.

A “grande” democracia racial brasileira é um parâmetro para países onde o racismo aparece mais evidente, sem pinceladas de cordialidade e harmonia e causa de admiração e espanto. Tanta harmonia aguça a curiosidade mundial, onde a própria UNESCO encomenda uma pesquisa para saber como se sustenta a democracia racial brasileira.

Roger Bastide e Florestan Fernandes iniciam os trabalhos como pesquisadores da UNESCO nos anos 50 e desmistificam a tão sonhada democracia racial. De forma mais contundente eles descontrolam o mito e demonstram as suas falácias.

Florestan Fernandes foi um dos principais autores brasileiros a se defrontar com a complexa questão da conciliação entre classe e raça. Para ele, a união desses dois elementos era fundamental para a luta eficaz do movimento negro. Contrariando as posições de Freyre, Florestan não acreditava na possibilidade de instauração de uma democracia racial sem levar em conta o modelo de inserção do negro na sociedade brasileira. A grande maioria dos negros brasileiros está inserida nas classes subalternas. Para Florestan, a desmitificação desta ideia de convivência pacífica entre as raças no Brasil, deveria ser um dos primeiros passos para o fortalecimento do movimento negro.

Para desmontar a teórica do mito da democracia racial, Florestan ainda nos anos 50, introduz de forma inovadora dados estatísticos de pesquisa para confirmar suas interpretações das facetas da miscigenação brasileira enraizado na hierarquização social, problematiza a raça relacionada a questões predominantemente sociais e não culturais.

Nos anos 70, uma época marcada por momentos políticos de contestações, não só ideológicas, mas também a inclusão na pauta dos interesses das chamadas minorias, pela primeira vez a sociedade brasileira admite a hipótese de que existe racismo no país. A grande questão passa a ser a busca do entendimento e compreensão das faces deste racismo premente. Desvendar a discriminação cotidiana entre brancos e negros, tais como, acesso à educação, mercado de trabalho, distribuição desigual de renda e salários, etc., passa a ser um dos maiores desafios.

Os movimentos sociais nos anos pós-70, resgatam a identidade e a construção de uma personalidade coletiva, daí a figura de Zumbi como herói negro. Por outro lado, isto se tornou uma chance para a elite resgatar o mito da democracia racial, segue a máxima, “perante a lei, somos todos iguais”. O evidente

racismo nacional fica submerso e travestido de tolerância. Florestan problematiza esta noção de tolerância racial. “*A tendência do brasileiro seria continuar discriminando apesar de achar tal atitude ultrajante (para quem sofre) e degradante (para quem a pratica)*” (FERNANDES, apud. SCHWARCZ, 1999:283).

É somente a partir da década de 80 que partidos políticos e governo colocam na agenda política as ações afirmativas raciais. Destaca-se a atenção dada à questão racial no governo Franco Montoro em São Paulo e na campanha presidencial de Tancredo Neves. Nos anos 80 e 90 há uma intensificação nas pesquisas realizadas por diversos estudiosos a fim de esmiuçar e tentar o racismo nas suas especificidades: distribuição geográfica, mercado de trabalho, taxa de mortalidade infantil, taxa de alfabetização, fecundidade, casamentos inter-raciais, futebol, carnaval, religião, festas populares, etnicidades, mestiçagens, etc. e ainda uma releitura analítica do que já havia sido escrito por Nina Rodrigues, Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Roger Bastide, etc. Todas estas pesquisas legitimam a destruição teórica do mito da democracia racial e reconhecem a existência do preconceito no Brasil. Os dados empíricos de pesquisa confirmam a falácia da

harmonia racial e social no país, embora eles não expliquem a sobrevivência do mito.

Na década de 90 há uma tomada de consciência da população sobre a gravidade e implicações sociais do que representa a discriminação racial no Brasil. Os movimentos sociais a partir de 1995 exaltaram a problemática e não foram movimentos passageiros ou de pouca importância. Exigiu-se buscar soluções e concretizar programas de ação afirmativas e anti-racistas.

O Brasil não tem uma receita pronta para resolver a questão, apenas recentemente criou políticas raciais, tendo em vista a demora na admissão da existência do racismo, diferentemente dos EUA que têm políticas de inserção dos negros na sociedade. *“A ação afirmativa fez a classe negra dos EUA dobrar em vinte anos. Eu mesmo não teria conseguido me tornar um advogado se isso não existisse” (John Powell, Diretor do Instituto de Raça e Pobreza da Universidade de Minisotta, EUA).*

São ações mais transparentes, porém não resolvem a questão racial, pelo contrário, exemplo disso é a afirmação de muitos autores segundo os quais, os negros que se sobressaíram socialmente, de alguma forma, iriam fazê-lo de qualquer maneira devido às circunstâncias pessoais mais favoráveis. O fato é que

houve um aumento da desigualdade entre os negros mais pobres e os brancos pobres que se sentem desamparados pelo Estado em relação aos negros favorecidos pelas ações afirmativas.

Mesmo havendo controvérsias com as ações afirmativas implementadas em outros países, há uma necessidade de colocá-las em prática no Brasil, respeitando logicamente a especificidade do nosso racismo, principalmente no quesito educação (o Brasil é o país que tem menos negros e mestiços no ensino superior), haja vista a recente polêmica e discussão sobre as cotas raciais no Brasil, a qual não é uma medida política consensual para a população, mas no mínimo faz com que pensemos sobre as condições de igualdade de inserção social entre os diferentes grupos perante as oportunidades oferecidas pelo Estado. Este foi omissivo em relação à educação durante décadas, pois responsabilizava as famílias dos próprios negros pela não inserção destes no sistema educacional.

A luta do movimento negro foi árdua durante décadas para proporcionar o mínimo de instrução aos negros. Uma educação paralela à escolarização oficial oferecida aos brancos, uma educação clandestina ao grupo étnico que durante séculos foram visivelmente

expoliados de sua condição humana e após 1888 são explicitamente marginalizados, tolhidas suas chances de uma integração social justa, sem acesso ao mercado de trabalho e condições dignas de existência, tais como moradia e acesso a uma escolarização mínima, na mesma proporção em que era oferecida aos brancos, sem desconsiderar as diferenças históricas e culturais dos grupos étnicos.

Após mais de um século de luta do movimento negro para inserir os afrodescendentes no sistema educacional oficial, percebeu-se que a questão não é tão simples. Essa luta pela inserção promovida pelo movimento negro ainda está longe de seu término. Sem dúvida houve um avanço significativo nas últimas décadas, mas isso não foi suficiente.

A escola não é formatada apenas para transmissão de conteúdos e saberes, mas também valores, crenças e hábitos que possam romper com preconceitos raciais, de gênero, etc., é, portanto, uma relação cultural e social, que estabelece novas formas de sociabilidade, que nos leva à construção de uma identidade.

Dessa forma, a inserção dos grupos afrodescendentes no âmbito escolar deve ocorrer de forma ativa e estrutural para que a identidade negra se construa com

bases positivas e afirmativas. *“O olhar lançado sobre o negro e sua cultura na escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças, quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-la”* (GOMES, 2003:172).

Infelizmente, na escola, observa-se com frequência o reforço de estereótipos e representações negativas dos afrodescendentes que são internalizadas e guardadas na memória, “as marcas do racismo”. A ausência da discussão sobre essas questões é evidente, tanto na formação do professor quanto nas práticas desenvolvidas pelos docentes em sala de aula. A escola continua reforçando sentimentos de complexos de inferioridade, que muitas vezes, é observado nos alunos negros em forma de timidez e/ou recusa em participar nas discussões e atividades em grupo. Por isso, é de suma importância a incorporação nos currículos e nos processos pedagógicos de formação de docentes, o contato com a história, memória e herança cultural presente na formação da cultura afro-brasileira, para que o professor saiba valorizar as diversidades histórico-culturais e ajudar na reconstrução de uma identidade negra positiva. Valorizar as diferenças para que possamos criar novos hábitos e formas de ver e enxergar os indivíduos, de

uma maneira que não cause constrangimento e racismo, tendo em vista a diversidade e riqueza cultural do país, que muitas vezes é pensado como um “paraíso racial”, mas que carrega consigo um racismo velado (intenso nos corredores escolares) que deve ser combatido no dia-a-dia com políticas públicas condizentes e coerentes com a questão.

A educação é sem dúvida, a solução mais viável para desmitificar uma falsa democracia racial que até hoje não pôs fim a um problema visível no Brasil: o preconceito.

## A SUBSTITUIÇÃO DE PARADIGMAS E A FORMULAÇÃO DE OUTROS OLHARES

O conceito de modernidade e modernismo vem sendo discutido há algum tempo pelos euroamericanos. Segundo essa perspectiva a contemporaneidade é marcada pela tradição moderna cuja referência é a de seguir as categorias racionais do projeto iluminista, assim como as prerrogativas do humanismo, levando em conta os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade.

Alguns autores se esforçaram para demonstrar que já estamos na chamada pós-modernidade. Dessa forma

estamos num período de rompimento com a tradição moderna. A pós-modernidade seria a ruptura entre as condições contemporâneas e a época do modernismo. Não existiriam mais certezas absolutas a seguir. Padrões e modelos únicos não são mais parâmetros de pensamento. No entanto, a pós-modernidade traz o risco da relativização dos comportamentos e conceitos. Esses novos significantes devem ter como proposição o estabelecimento de uma pós-modernidade responsável e crítica.

A questão racial faz repensar todas as periodizações simples do moderno e do pós-moderno. Ela põe em questão a idéia de progresso e a visão de civilização. A idéia de infalibilidade da modernidade é questionada. Esse progresso e parâmetro de civilização com caráter universalizante não levaram em conta a questão racial, nem mesmo as relações de gênero.

A chamada crise da modernidade e crise dos valores modernos pode também ser entendida como a crise dos intelectuais e do projeto iluminista. A defesa de um padrão universal de humanidade não trouxe uma discussão crítica sobre as diferenças e semelhanças. O projeto iluminista refletiu na tentativa de homogeneizar discursos e culturas, assim como padrões e normas de comportamento.

Por outro lado, o declínio da modernidade também vem sendo associado à derrubada dos regimes socialistas. Afinal, não temos mais a bipolaridade de projetos, então a esquerda se refugia nos debates multiculturais menos ideologizantes. Os esquerdistas agora são conclamados a defender os velhos ideais da perfeição humana e social. A ética ganha um novo destaque, ela é reconfigurada e adaptada para períodos pós-modernos em que não temos mais a ética no singular, mas éticas no plural.

O fim das grandes narrativas proposta pela pós-modernidade superou o racismo científico, o que mostra o ceticismo em relação às narrativas científicas. Mas devemos atentar para o fato que o pós-modernismo fácil que ataca tanto a racionalidade quanto à universalidade, pode ter como consequência um relativismo óbvio e banal.

A partir dessas referências e discussões travadas entre defensores da modernidade e da pós-modernidade, uma série de pensadores negros formulou uma argumentação que cria outras referências para pensar a ética e a estética, destoando completamente das teorias eurocêntricas.

O projeto da modernidade deixou de lado questões como “raça” e gênero na formação do eu moderno. É falsa a ideia de que uma modernidade que abranje tudo afeta a todos de um modo uniforme e similar. Os teóricos da modernidade não perceberam como as ideias de raça e cultura são centrais a suas permanentes investigações.

A percepção da escravidão como relevante diante da modernidade é uma tarefa para autores negros. A escravidão da *plantation* vista como um resíduo pré-moderno que desaparece com o projeto iluminista e a produção industrial capitalista devem ser revista.

A proposta é de se fazer uma epistemologia do ponto de vista dos negros. Produzir uma teoria crítica capaz de dar conta das experiências de marginalização e interpretação da verdade.

Deve-se pensar em duas dimensões epistemológicas: as posições do conhecer e do ser (uma posição política – a experiência de dominação branca; e uma posição filosófica – a consciência afrocêntrica de longa duração). Pensar o conceito de negro e afrocêntrico. Pensar a subjetividade do eu e o sujeito da política negra.



O racionalismo eurocêntrico expulsou a experiência escrava de suas narrativas da modernidade. Entenderam que as crises da modernidade podem ser solucionadas internamente. O problema racial seria de perfil anti-humanista.

No entanto, é preciso ressaltar que a escravidão da *plantation* não era um mero sistema de mão-de-obra distinto de dominação racial, pois ela fornecia as fundações para uma base distinta de relações econômicas, sociais e políticas.

O debate sobre a modernidade traz um racionalismo acrítico e um anti-humanismo acanhado diante dessas questões. Está na hora de reconstruir a história primordial da humanidade dos pontos de vista dos escravos. A proposta é de criar uma postura crítica perante o discurso do humanismo burguês.

O terror racial é cúmplice da racionalidade ocidental. O pano de fundo de um novo projeto alternativo ao iluminismo é descobrir uma ética da liberdade para colocar ao lado da ética da lei da modernidade, uma ética construída do ponto de vista dos escravos.

A arte, sobretudo a música e a dança eram oferecidas aos escravos como um substituto para as liberdades políticas formais que lhes eram negadas nos re-

gimes de plantation. Há uma continuidade entre vida e arte, um enraizamento do estético em outras dimensões da vida social, mas isso o Iluminismo separou. A arte é a dimensão utópica dos militantes culturais no sentido de resgatar a história cultural, mobilização de recordações do passado que possa alimentar as esperanças. O resgate da história afro-brasileira através da estética como instrumento de criação de uma nova ética é uma importante ferramenta para estabelecer um pensamento crítico e conceitual que sirva como referência para a implementação de uma história cultural afro mais condizente com o ponto de vista de quem a construiu e de quem a sofreu na pele.

Um dos maiores desafios educacionais hoje é construir essas referências. Por isso introduzir os valores afro-civilizatórios e afro-brasileiros na elaboração dos currículos escolares é crucial.

Pensar em valores civilizatórios brasileiros afro-brasileiros é quase o mesmo que pensar em valores civilizatórios nacionais. Deve-se fazer um esforço para identificar no complexo cultural brasileiro recriações cosmológicas herdadas de sociedades africanas pré-coloniais. O objetivo é o de contrapor essas dimensões da existência humana e a identificação desses va-

lores à supremacia dos valores brancos hegemônicos. Retomar a história com o objetivo de construção de uma memória social própria contrapondo à memória social legada pela supremacia branca ocidental. Não se trata simplesmente de substituir uma memória social e racial por outra, mas fazer perceber o que foi silenciado pelas memórias dominantes. Ressignificar as sociabilidades e reorientar a compreensão do passado na busca de um projeto político e civilizacional contemporâneo, emancipador e anti-racista. Propor uma revisitação crítica e politicamente orientada sobre as experiências negras em terras brasileiras. Formular as demandas políticas e culturais anti-racistas com maior possibilidade de êxito. Tentar construir uma ligação com o passado sem cair nas armadilhas pregadas pela escravidão com o risco de distorcer a realidade. Resaltar os valores civilizatórios afro-brasileiros.

Em suma, na construção dessa história os escravos não podem mais ser pensados como mera estrutura produtiva. Os escravos devem emergir como sujeitos na história e sujeitos da sua própria história. O maior desafio é construir valores que contribuam para o aperfeiçoamento da nossa civilização através de uma nova cultura política que interiorize a memória própria e a história dos afro-descendentes.

Hoje, nos ensino fundamental e médio, nas escolas públicas e particulares, é obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira como constituinte da formação de identidade do povo e da nação. Os conteúdos curriculares devem abordar a situação do negro no Brasil e sua luta e causa.

Percebe-se que há uma série de dificuldades na implementação desse projeto, tais como a falta de qualidade dos livros didáticos acerca do assunto, a formação de professores que deixa a desejar, os pressupostos teóricos de postura etnocêntrica legados pela tradição da modernidade, assim como a epistemologia eurocentrada.

De maneira alguma pode ser negligenciada a cultura afro-brasileira, pois cerca de 10 milhões de africanos aportaram no Brasil no período colonial. Não há como entender as construções sociais, culturais, políticas e econômicas do país sem problematizar a influência do tráfico negreiro na formação da sociedade brasileira tanto antiga quanto contemporânea.

É inquestionável que as heranças civilizatórias africanas foram recriadas e ressignificadas em solo brasileiro através de um processo não tão simples de lutas e resistências. É preciso que no processo educacional

haja um esforço significativo para entender as bases e características das formações culturais negras na escravidão, no pós-abolição e na contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOMES, Nilma Lino. *Educação, identidade negra e formação de professores (as): um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo*. São Paulo: Educação e Pesquisa, v. 29, n. 1, p. 167-182), jan/jun 2003.

GONÇALVES, Luiz Alberto e SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. *Movimento negro e educação*. Revista Brasileira de Educação, set/out/nov/dez 2000.

MATTOS, Wilson Roberto de. *Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros, Políticas Educacionais e Currículos Escolares*. In Educação Contemporânea. Revista da FAEBA. Volume 12, número 19 – jan/jun 2003. Salvador: UNEB, 1992.

\_\_\_\_\_, Wilson Roberto de. *Escravos astutos – liberdades possíveis: reivindicações de direitos, solidariedades e arranjos de resistência – Salvador (1871-1888)*. De Preto a Afro-Descendente – BARBOSA, Lucia Maria de Assunção, SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs.). Edufscar: São Carlos, 2003.

\_\_\_\_\_, Wilson Roberto de. O braço negro em Salvador. In Revista História Viva – Temas Brasileiros (págs. 22-25). Editorial Duetto: São Paulo, 2005.

MUNANGA, Kabengele. *O anti-racismo no Brasil in MUNANGA, Kabengele (org.). Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: EDUSP, 1996.

ORTIZ, Renato. *Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX. Da Raça à Cultura: a mestiçagem e o nacional in ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.

REVISTA ENTRE LIVROS. *Gilberto Freyre: O resgate do mestre de Apipucos*. São Paulo: Duetto, 2006, ano I, nº 8.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Questão racial e etnicidade in MICELI, Sérgio (org.). O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995), vol. II. São Paulo, Sumaré e Anpocs, 1999.